

Recurso Repetitivo

Número	Processo	Palavras-Chave	Descrição STJ
929	1823218	Tema S0929 - Repetição dobro pagamento - Art. 42 CDC	Questão submetida a julgamento Discussão quanto às hipóteses de aplicação da repetição em dobro prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC.
1081	1882236	Tema S1081 - INSS – Reexame – Dispensa – Cálculo	Definir se a demanda previdenciária cujo valor da condenação seja aferível por simples cálculos aritméticos deve ser dispensada da remessa necessária, quando for possível estimar que será inferior ao montante previsto no artigo 496, § 3º, inc. I do Código de Processo Civil.
1124	1905830	Tema S1124 - Termo - Inicial - Benefício - Judicial	Caso superada a ausência do interesse de agir, definir o termo inicial dos efeitos financeiros dos benefícios previdenciários concedidos ou revisados judicialmente, por meio de prova não submetida ao crivo administrativo do INSS, se a contar da data do requerimento administrativo ou da citação da autarquia previdenciária. Descrição da afetação anterior: Definir o termo inicial dos efeitos financeiros dos benefícios previdenciários concedidos ou revisados judicialmente, por meio de prova não submetida ao crivo administrativo do INSS: se a contar da data do requerimento administrativo ou da citação da autarquia previdenciária.

Recurso Repetitivo

Número	Processo	Palavras-Chave	Descrição STJ
1137	1955539	Tema S1137 - Execução - Meio - Executivo - Atípico - Artigo 139, IV, do CPC	<p>Questão submetida a julgamento Definir se, com esteio no art. 139, IV, do CPC/15, é possível, ou não, o magistrado, observando-se a devida fundamentação, o contraditório e a proporcionalidade da medida, adotar, de modo subsidiário, meios executivos atípicos.</p> <p>Anotações NUGEPNAC Afetação na sessão eletrônica iniciada em 23/3/2022 e finalizada em 29/3/2022 (Segunda Seção).</p> <p>Vide Controvérsia n. 205/STJ.</p> <p>Informações Complementares Há determinação de suspensão do processamento de todos os feitos e recursos pendentes que versem sobre idêntica questão e que tramitem no território nacional, nos termos do art. 1.037, II, do CPC/2015.</p> <p>Ramo do direito DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO</p>
1146	1836423	Tema S1146 - Cobrança - MS - Coletivo - Trânsito em julgado	<p>Questão submetida a julgamento Verificação de interesse de agir no ajuizamento de ação de cobrança com base no lustro anterior à impetração de mandado de segurança coletivo ainda não transitado em julgado.</p>
1157	1985189	Tema S1157 - Benefício - Incapacidade - Judicial - Cancelamento - Administrativo	<p>Questão submetida a julgamento Definir a possibilidade - ou não - de cancelamento na via administrativa, após regular realização de perícia médica, dos benefícios previdenciários por incapacidade, concedidos judicialmente e após o trânsito em julgado, independentemente de propositura de ação revisional.</p>
1169	1978629	Tema S1169 - ACP - Sentença - Coletiva - Exigência - Liquidação - Prévia	<p>Definir se a liquidação prévia do julgado é requisito indispensável para o ajuizamento de ação objetivando o cumprimento de sentença condenatória genérica proferida em demanda coletiva, de modo que sua ausência acarreta a extinção da ação executiva, ou se o exame quanto ao prosseguimento da ação executiva deve ser feito pelo Magistrado com base no cotejo dos elementos concretos trazidos aos autos.</p>

Recurso Repetitivo

Número	Processo	Palavras-Chave	Descrição STJ
1178	1988687	Tema S1178 - Justiça - Gratuita - Hipossuficiência - Critérios - Objetivos - Artigos 98 e 99 do CPC	Questão submetida a julgamento: Definir se é legítima a adoção de critérios objetivos para aferição da hipossuficiência na apreciação do pedido de gratuidade de justiça formulado por pessoa natural, levando em conta as disposições dos arts. 98 e 99, § 2º, do Código de Processo Civil.
1180	1995908	Tema S1180 - Termo - Inicial - Prazo - Recursal - Intimação - Eletrônica - DJE	Definir o marco inicial do prazo recursal nos casos de intimação eletrônica e de publicação no Diário da Justiça eletrônico.
1181	1987558	Tema S1181 - Honorários - Coisa - Julgada - Dativo - Ente - Federativo	Definir se os efeitos da coisa julgada da sentença que fixa os honorários de defensor dativo se estendem ou não ao ente federativo responsável pelo pagamento da verba quando não participou do processo ou não tomou ciência da decisão (art. 506 do CPC).
1201	2043826	Tema S1201 - Multa - Artigo 1021, § 4º, do CPC - Agravo - Interno - Precedente - Qualificado	1) Aplicabilidade da multa prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC quando o acórdão recorrido baseia-se em precedente qualificado (art. 927, III, do CPC); 2) Possibilidade de se considerar manifestamente inadmissível ou improcedente (ainda que em votação unânime) agravo interno cujas razões apontam a indevida ou incorreta aplicação de tese firmada em sede de precedente qualificado.
1203	2037317	Tema S1203 - Crédito - Não tributário - Seguro - Fiança - Suspensão	Definir se a oferta de seguro-garantia ou de fiança bancária tem o condão de suspender a exigibilidade de crédito não tributário.
1209	2039132	Tema S1209 - Desconsideração - Personalidade - Jurídica - Execução - Fiscal	Questão submetida a julgamento Definição acerca da (in)compatibilidade do Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica, previsto no art. 133 e seguintes do Código de Processo Civil, com o rito próprio da Execução Fiscal, disciplinado pela Lei n. 6.830/1980 e, sendo compatível, identificação das hipóteses de imprescindibilidade de sua instauração, considerando o fundamento jurídico do pleito de redirecionamento do feito executório.
1210	1873187	Tema S1210 - Desconsideração - Personalidade - Jurídica - Requisitos	Cabimento ou não da desconsideração da personalidade jurídica no caso de mera inexistência de bens penhoráveis e/ou eventual encerramento irregular das atividades da empresa.
1220	1826796	Tema S1220 - Benefício - Revisão - Prescrição - Memorando 21/DIRBEN/PFEINSS	Definir se o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFEINSS configura marco interruptivo do prazo prescricional das demandas de revisão de benefício previdenciário, nos termos do art. 202, VI, do Código Civil.

Recurso Repetitivo

Número	Processo	Palavras-Chave	Descrição STJ
1225	2005469	Tema S1225 - Concessionária - Redirecionamento - Execução - Ente - Público - Prescrição	Questão submetida a julgamento I. Tema Principal: Possibilidade de redirecionamento da execução a pessoa jurídica de direito público, em razão da insolvência de concessionária de serviço público, ainda que aquela não tenha participado da fase de conhecimento e não conste do título executivo judicial; II. Tema Subsidiário: Termo inicial do prazo prescricional quinquenal para fins de redirecionamento da execução contra o ente público.
1230	1894973	Tema S1230 - Penhora - Salário - Dívida não alimentar – 50 Salários	Alcance da exceção prevista no § 2º do art. 833 do CPC, em relação à regra da impenhorabilidade da verba de natureza salarial tratada no inciso IV do mesmo dispositivo, para efeito de pagamento de dívidas não alimentares, inclusive quando a renda do devedor for inferior a cinquenta (50) salários mínimos.
1242	2035052	Tema S1242 - Honorários - Sucumbenciais - Legitimidade - Advogado - Parte	Redação atual: Definir se há legitimidade concorrente da parte e do advogado para postular a condenação ou a majoração dos honorários advocatícios sucumbenciais. Redação anterior: Definir se há legitimidade concorrente do advogado e da parte para promover a execução dos honorários advocatícios.
1248	2077135	Tema S1248 - Execução - Fiscal - Apelação - Cabimento	Definir se, para efeito de cabimento do recurso de apelação em execução fiscal do mesmo tributo, deve ser observado o montante total do título executado ou os débitos individualmente considerados, nos termos do art. 34, caput e § 1º, da Lei n. 6.830/1980.
1254	2034210	Tema S1254 - Prescrição - Intercorrente - Habilitação - Herdeiros - Sucessores	Definir se ocorre ou não a prescrição para a habilitação de herdeiros ou sucessores da parte falecida no curso da ação.
1261	2093929	Tema S1261 - Bem - Família - Garantia - Real - Sócio - Empresa	(i) Necessidade de comprovação de que o proveito se reverteu em favor da entidade familiar na hipótese de penhora de imóvel residencial oferecido como garantia real, em favor de terceiros, pelo casal ou pela entidade familiar nos termos do art. 3º, V, da Lei n. 8.009/1990; (ii) Distribuição do ônus da prova nas hipóteses de garantias prestadas em favor de sociedade na qual os proprietários do bem têm participação societária.
1263	2098943	Tema S1263 - Seguro - Garantia - Protesto - CADIN	Definir se a oferta de seguro garantia tem o efeito de obstar o encaminhamento do título a protesto e a inscrição do débito tributário no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal (CADIN).

Recurso Repetitivo

Número	Processo	Palavras-Chave	Descrição STJ
1265	2097166	Tema S1265 - Honorários - Execução - Exceção - Equidade	Acolhida a Exceção de Pré-Executividade, com o reconhecimento da ilegitimidade de um dos coexecutados para compor o polo passivo de Execução Fiscal, definir se os honorários advocatícios devem ser fixados com base no valor da Execução (art. 85, §§ 2º e 3º, CPC) ou por equidade (art. 85, § 8º, CPC).
1271	2071340	Tema S1271 - Audiência - Conciliação - Ausência - Interesse - Unilateral - Nulidade	Definir se a inobservância da audiência de conciliação ou mediação previstas no art. 334 do CPC, quando apenas uma das partes manifesta desinteresse na composição consensual, implica nulidade do processo.
1273	2103305	Tema S1273 - Tributário - MS - Decadência - Termo - Inicial	Definir o marco inicial do prazo decadencial para impetração do mandado de segurança, com o objetivo de impugnar obrigação tributária que se renova periodicamente.
1275	1793915	Tema S1275 - Legitimidade - Contribuição - Adicional - SENAI	Decidir sobre a legitimidade ativa da entidade paraestatal para a constituição e cobrança da contribuição ao SENAI e respectivo adicional previsto no art. 6º, do Decreto-Lei n. 4.048/42, considerando a compatibilidade do art. 50, do Decreto n. 494/62, e do art. 10, do Decreto n. 60.466/67, com o art. 217, do CTN, o art. 146, III, "b", da CF/88, a Lei n. 11.457/2007 e legislação posterior.
1284	2117355	Tema S1284 - Improbidade - Improcedência - Extinção - Reexame	Definir se a vedação ao reexame necessário da sentença de improcedência ou de extinção do processo sem resolução do mérito, prevista pelos art. 17, § 19º, IV c/c art. 17-C, § 3º, da Lei de Improbidade Administrativa, com redação dada pela Lei 14.230/2021, é aplicável aos processos em curso.
1285	2015693	Tema S1285 - Penhora - 40 Salários mínimos - Demais - Valores	Definir se é ou não impenhorável a quantia de até quarenta salários mínimos poupada, seja ela mantida em papel-moeda; em conta corrente; aplicada em caderneta de poupança propriamente dita ou em fundo de investimentos.
1294	2002589	Tema S1294 - Prescrição - Intercorrente - Processo - Administrativo - Decreto 20.910/1932	Definir se, na falta de previsão em lei específica nos Estados e Municípios, o Decreto n. 20.910/1932 pode ser aplicado para reconhecer a prescrição intercorrente no processo administrativo.
1296	2096505	Tema S1296 - Cumprimento - Obrigação - Fazer - Multa - Intimação - Devedor	Definir se a prévia intimação pessoal do devedor constitui condição necessária para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.

Recurso Repetitivo

Número	Processo	Palavras-Chave	Descrição STJ
1298	2129162	Tema S1298 - Honorários - Sucumbência - Desapropriação - DL 3.365/1941	Definir se os limites percentuais previstos no art. 27, § 1º, do DL 3.365/41 devem ser observados no arbitramento de honorários sucumbenciais em caso de desistência de ação de desapropriação por utilidade pública ou de constituição de servidão administrativa.
1302	2146834	Tema S1302 - Servidor - Execução - Coletiva - Legitimidade	Definir, caso não limitado expressamente na sentença, se todos os servidores da categoria são legitimados para propor o cumprimento individual de sentença decorrente de ação coletiva proposta por sindicato, independentemente de filiação ou de constar em lista.
1306	2148059	Tema S1306 - Decisão - Fundamentação - Referência - Remissão - Nulidade	Definir se a fundamentação por referência (per relationem ou por remissão) - na qual são reproduzidas as motivações contidas em decisão judicial anterior como razões de decidir - resulta na nulidade do ato decisório, à luz do disposto nos artigos 489, § 1º, e 1.022, parágrafo único, inciso II, do CPC de 2015
1309	2144140	Tema S1309 - Ação - Coletiva - Servidor - Falecimento - Anterior - Execução	Saber se os sucessores do servidor falecido antes da propositura da ação coletiva podem executar a sentença condenatória
1311	2057984	Tema S1311 - Prescrição - Fazenda - Obrigação - Fazer - Pagar	Saber se o curso do prazo prescricional da obrigação de pagar quantia certa pela fazenda pública é suspenso durante o cumprimento da obrigação de implantar em folha de pagamento imposta na mesma sentença.
1313	2169102	Tema S1313 - Honorários - Medicamentos - Saúde - Arbitramento	Saber se, nas demandas em que se pleiteia do Poder Público o fornecimento de prestações em saúde, os honorários advocatícios devem ser fixados com base no valor da prestação ou do valor atualizado da causa (art. 85, §§ 2º, 3º e 4º, III, CPC), ou arbitrados por apreciação equitativa (art. 85, parágrafo 8º, do CPC).
1317	2158358	Tema S1317 - Embargos - Extinção - Programa - Parcelamento - Condenação - Honorários	Definir se, à luz do CPC, é cabível a condenação do contribuinte em honorários advocatícios sucumbenciais em embargos à execução fiscal extintos com fundamento na desistência ou na renúncia de direito manifestada para fins de adesão a programa de recuperação fiscal, em que já inserida a cobrança de verba honorária no âmbito administrativo.
1323	2162486	Tema S1323 - ISS - Alíquota - Fixa - Sociedade - Uniprofissional - Limitada	Definir se a sociedade uniprofissional, constituída sob a forma de responsabilidade limitada, faz jus ao tratamento tributário diferenciado do ISS em alíquota fixa, na forma do art. 9º, §§ 1º e 3º, do Decreto-Lei n. 406/1968.

Recurso Repetitivo

Número	Processo	Palavras-Chave	Descrição STJ
1324	2152197	Tema S1324 - Trânsito - Responsabilidade - Infração - Alienação - Veículo - Comunicação	Definir a responsabilidade do alienante de veículo automotor por infrações administrativas e/ou de trânsito cometidas após a alienação, nos casos em que esta não é comunicada ao órgão de trânsito competente na forma e no prazo legais.
1325	2147428	Tema S1325 - Execução - Fiscal - SISBAJUD - Teimosinha	Decidir sobre a viabilidade da utilização, em execução fiscal, da ferramenta do SISBAJUD que permite a reiteração automática de ordens de bloqueio de valores em contas bancárias do devedor - procedimento conhecido como "teimosinha".
1326	2154735	Tema S1326 - Prescrição - FUNDEB - VMAA - Complementação	Definir se o prazo prescricional da pretensão de cobrança de complementação de recursos relativos ao Valor Mínimo Anual por Aluno (VMAA), repassado ao FUNDEB /FUNDEF, deve ser apurado mês a mês, e não anualmente.